

A sincronia *just in time*: uma crítica ao modo de fazer contemporâneo

Terezinha Ferrari*

Resumo

O propósito deste artigo é discutir a essência atualíssima do modo de produção capitalista, definida por Marx em sua obra, quanto à exploração da força de trabalho definida no processo de trabalho. A organização do trabalho no tempo e no espaço permanece seguindo a lógica da exploração e da dominação, pelos capitalistas, da única mercadoria capaz de realizar o mais valor necessário à manutenção do capital, isto é, a força de trabalho viva. As atuais tecnologias de produção, revestidas do cunho de ciência do trabalho, cumprem, entre outros, o papel de corroer a classe trabalhadora no *locus* do trabalho e o de explorar cada vez mais a força viva do trabalho.

As atuais tecnologias de produção e de processo produzidas pelos gestores do capital têm como objetivo construir mecanismos para recriar e controlar os tempos e os espaços de trabalho de modo a controlar os próprios processos de trabalho e conseqüentemente limitar o poder social e político da classe trabalhadora. No campo específico desta análise, tempo e espaço são categorias inseridas na objetivação do homem através dos processos de trabalho.

As reflexões que se seguem sustentam-se nesta indicação teórica que deve, minimamente, ser explicitada para que não sejam entendidas como compreensões subjetivizantes do tempo e do espaço, como as que encontramos em vertentes que discutem ora a soberania do tempo da natureza sobre a sociedade ora a sensação de construção e existência sensoriais do tempo ou do espaço provocadas, exclusivamente, pela consciência descolada das determinações societárias da produção material.

N^o *Capital* e nos *Grundrisse*, Marx já identificara que para a objetivação de sua sobrevivência, o homem sempre esteve imerso, nas diferentes formas de organização social, na delimitação, na definição e na determinação do tempo como uma das medidas de *economia* e organização de suas atividades: “a sociedade deve saber distribuir convenientemente o tempo, para conseguir uma produção adequada a suas necessidades totais, do mesmo modo como o indivíduo tem de repartir acertadamente seu tempo para adquirir conhecimentos nas proporções adequadas ou satisfazer por meio de sua atividade as distintas exigências. Portanto, a primeira lei econômica baseada na produção comum é a economia de tempo, como a distribuição do tempo de trabalho entre os distintos ramos da produção, com vistas a um fim.” (*Grundrisse*, 1986: I: 73).

A organização das atividades humanas no tempo e no espaço, essenciais a partir da produção coletiva social, no modo capitalista de produção expressa-se de modo distinto – particularmente fetichizante – uma vez que neste modo societário ocorre a produção de mercadorias através do trabalho tornado abstrato – dispêndio comum da força de trabalho - no tempo e no espaço. Somente quando o trabalho em si é tomado como uma quantidade homogênea e abstrata ele passa a ser medido

* Mestre em História e doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-SP

pelo tempo. A *economia do tempo* torna-se o imperativo – fetichizante - necessário e fundante para a garantia da produção e da reprodução adequadas à satisfação das necessidades do capital.

Como característica geral dos processos produtivos anteriores ao modo capitalista – verdadeiro - de produção o trabalhador artesanal mantinha uma posição *ativa*, controladora, diante do tempo invertido no processo de uso *criativo* dos instrumentos e do produto final realizado. Inversamente, para satisfação das necessidades de revalorização do capital, os meios de trabalho, neste modo de produção, já não se apresentam mais somente como *meios* de trabalho, como mediadores e intermediários entre o homem e a natureza, mas apresentam-se como capital fixo e acabam por ser os repositórios da virtuosidade, da habilidade do fazer. Processou-se uma inversão: o trabalhador de ser ativo migrou para a posição de intermediário tornando-se *apêndice* da máquina. A máquina transformou-se de meio passivo em elemento ativo do processo. O trabalhador, não mais detentor da habilidade efetiva de trabalho – transferida para a máquina – e separado da propriedade do instrumento e do domínio sobre o mercado, tornou-se ele mesmo nada mais do que a mera mercadoria força de trabalho.

Comprada no mercado por um determinado tempo, a mercadoria criadora de valor – a força de trabalho – deve ser aproveitada ao máximo pelo capitalista. Para cumprir seu papel ele prepara na oficina “os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de seis horas, mas de doze”. (Marx, 1983: I:160). Para tanto, ele criará e investirá em todas as condições materiais e técnicas a serem embutidas nos meios e processos de trabalho para intensificar o uso desta mercadoria no tempo e no espaço. Essencialmente, “o processo capitalista de produção não é meramente produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, que transforma *os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago*”. (Marx, s/d :115)

Historicamente, o movimento contínuo da expansão das necessidades de reprodução do capital gerou uma das mais perturbadoras promoções do capital: a possibilidade de um tempo (de trabalho) que vai além do tempo da produção das imediatas necessidades materiais individuais. Este tempo de trabalho excedente (tempo de trabalho não pago) - elemento básico da missão *civilizadora* do capital -, permitiu a ampliação das forças produtivas e o processo - sempre relativo - de autonomização do homem da natureza.

Condição da dinâmica social capitalista possível pelo uso generalizado das máquinas na produção e pela intensificação das pesquisas da ciência a serviço exclusivo dos capitalistas (tempo de trabalho excedente ainda mais incrementado por todas as demais tecnologias de organização do trabalho que acabaram impondo - nos dois últimos séculos - sempre novos e mais ampliados tempos de trabalho cada vez mais adequados à expansão de tempo de trabalho produtor de valor excedente e redutor do tempo de trabalho necessário).

As máquinas transformadas em capital fixo são utilizadas “na medida em que permitam ao operário consagrar-lhe uma maior parte de seu tempo, trabalhar mais tempo para o capitalista e menos para si próprio. Graças ao uso capitalista das máquinas, a duração necessária para produzir determinado objeto é, efetivamente, reduzida ao mínimo, mas isso unicamente para que um máximo de trabalho valorize um máximo de objetos. O primeiro caso é importante, pois o capital reduz a um mínimo – sem que tenha a menor intenção de o fazer – o trabalho humano, o dispêndio de forças...” (Marx, 1980: 36)

Esta é a lei - indispensável - que conduz à inversão incessante da ciência tecnologizada nas máquinas e no processo produtivo movimentando a reprodução constante do capital em um mercado *capitalista* cada vez mais ampliado; movimento da burguesia que constantemente revoluciona as bases produtivas – reduzidas a meras transformações tecnológicas invertidas nos processos de trabalho - mantendo não só o mercado concorrencial intra-capitalista, mas a subordinação do trabalho ao capital e, portanto, a sua dominação de classe.

Nas formações sociais não-capitalistas (feudais, pré-capitalistas ou capitalistas mercantis de base escravista) organizavam-se as atividades humanas no tempo, porém nelas não existiam a distinção – fetichizadora - entre o tempo de trabalho necessário à produção da vida material - imediata - do homem e um tempo de trabalho totalmente alheio às suas necessidades de sobrevivência. No mundo

feudal havia uma distinção clara entre o tempo dedicado ao sustento do servo e o tempo de trabalho para sustento do senhor. O escravo moderno trabalhava tempo integral ao proprietário – qualquer atividade de subsistência era residual à forma do escravismo dominante. No trabalho organizado da manufatura, o tempo de trabalho destinava-se à produção de bens vinculados às necessidades de um mercado ainda de limitadas dimensões. Fundamentalmente, inexistiam relações sociais capitalistas plenas capazes de garantir a uma classe social – proprietária exclusiva dos instrumentos de produção – usurpar um tempo de trabalho *abstraido* dos trabalhadores – despossuídos de qualquer propriedade que não seja sua força de trabalho. A incompletude das relações de classe na manufatura, ainda não *verdadeiramente* capitalistas, revelava que a produção de valores de troca não havia se inserido, absolutamente, no mercado produtivo e no todo social. A subordinação real do trabalho ao capital – o capitalismo verdadeiro, segundo Marx - exige que a sobrevivência do trabalhador fique inteiramente sob sua responsabilidade - a partir da troca no mercado do salário por ele recebido mas, e isto é fundamental, somente após a realização de sua força de trabalho na produção de mais valor – condição absolutamente inédita entre as formações sociais citadas.

O trabalho, no capitalismo industrial (verdadeiro) - baseado na compra e venda contratual *igual* entre as partes - tornado abstrato, indiferenciado e homogeneizado ao capital passou a ser medido e trocado pelo tempo (socialmente necessário). Este próprio, agora, também concebido como a medida universal, homogênea e indiferenciada de produção da riqueza de tal modo que “as unidades de tempo (e de espaço) podem ser programadas dentro de unidades de trabalho abstrato”. (Gould, 1983:103)

Diante deste processo fetichizador, especificamente, a introdução incessante de máquinas e a criação de tecnologias pela classe burguesa tem como finalidade o movimento de relativização entre tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente com vistas à ampliação das taxas de mais-valia e o aumento da produtividade do trabalho nos diferentes setores produtivos nacionais e internacionais.

Atualíssima realidade, como veremos na 3ª parte deste artigo, em que analisaremos as formas mais imediatas de criação e de controle do tempo e do espaço em algumas fábricas do país. Sem reduzir a complexa dinâmica do movimento ampliado da reprodução do capital a dados empíricos ou isolados, pretendemos indicar que é no *locus* imediato do trabalho que ocorre a essência da reprodução do capital.

*

A expansão da produtividade, a geração de riqueza em geral baseada na expropriação cada vez maior de um tempo de trabalho não pago permitida pelas inversões tecno-científicas que, contraditoriamente, expulsam a força de trabalho do processo produtivo é uma das principais contradições a serem enfrentadas hoje teórica e praticamente pela sociedade.

Se a abundância material é condição que torna potencialmente viável a implantação de uma sociedade igualitária – pós-capital - essa potencialidade deve ser enfrentada e intensificada pelas lutas políticas e sociais dos trabalhadores, uma vez que a realização social desta potência esbarra nas contradições e nas crises estruturais do capital.

O enfrentamento destas crises, exclusivamente por parte dos capitalistas, somente acelera um incremento tecnológico dispendioso e dissipador em última instância. As soluções dadas pelos capitalistas causam não só mais desemprego como novos patamares de acumulação para o capital que provocam novas recessões, mais miséria e a expulsão definitiva das massas das atividades criadoras advindas da organização dos homens nos locais de produção. As lutas políticas e sociais dos trabalhadores, diferentemente das formas políticas de organização capitalistas, deveriam além dos enfrentamentos mais imediatos questionar – por quê não? o tipo de abundância que é hoje produzida; a tecnologia que a gera; a problemática do tempo de trabalho e tempo de não trabalho permitidos pela tecnologia dominante; discutir a essencialidade da recriação e do controle do tempo e do espaço de trabalho e, conseqüentemente, da sociedade em geral de tal modo que se possa vislumbrar não só um tempo de não trabalho destinado ao consumo capitalista das mercadorias, mas um tempo humano disponível para a efetiva criação auto-determinada do homem.

Sem ilusões, o trabalhador, como consumidor, não recupera o que perdeu na esfera da produção: “É ilusório crer que no trabalho industrial, o trabalho na grande indústria possa converter-se em *trabalho livre*” (Mandel, 1978: 126) ou tempo de não-trabalho, efetivamente, livre. Este tempo de não trabalho nada mais é do que tempo gasto no mercado de consumo, no mercado em que se troca lazer como mercadoria. O próprio tempo livre ou tempo de não trabalho torna-se uma mercadoria a ser consumida na esfera mercantil cuja finalidade última é gerar lucro ou, ainda, é um tempo de opressão e estupidificação das mentes e dos corações.

A preocupação da classe trabalhadora em relação às investidas dos capitalistas quanto ao controle do espaço e tempo – do trabalho e do lazer - deveria ser fundamental, pois como diz Harvey (1998: 73): “O ataque atual contra o poder sindical através da dispersão e fragmentação espacial de processos de produção tem se mostrado uma arma poderosa para a burguesia”. O enfraquecimento das representações operárias – sindicais ou partidárias – é só um aspecto da capacidade das atuais tecnologias de dissipação social. Em contraposição, a política e o movimento dos trabalhadores são marcados por intenso regionalismo e corporativismo anacrônicos. O capital corre por qualquer espaço em tempo real e *on-line*; o trabalho não, porque é mantido a um lugar e a um tempo, ambos medidos e controlados externamente a ele. O capital, enquanto controla o tempo e o espaço de trabalho, pode ultrapassar fronteiras, espaços e tempos através de uma tecnologia adequada a este movimento. Ainda, como Harvey: “até que a classe operária aprenda como enfrentar esse poder burguês de comandar e produzir espaço, sempre vai jogar em uma posição de fraqueza, não de força”. (1998:73)

*

Como segundo momento destas reflexões procuraremos discutir a inserção de novas tecnologias pelo capital com o objetivo permanente do incremento da ampliação do tempo de trabalho excedente, de tal modo a manter a subordinação real do trabalho ao capital que ocorre, basicamente, no *locus* do trabalho gerador de mais-valia, mas que possui dimensões ainda mais amplas, porque diante dos níveis de sociabilidade alcançados pelo capital, estas tecnologias assumem dimensões que extrapolam os limites desta dominação para além do próprio lugar do trabalho e acabam por se inserirem e se expandirem na sociedade como um todo.

As novas técnicas de gestão, produção e organização do trabalho têm recebido diversas e fundamentais atenções dos teóricos da sociologia e da economia do trabalho. Procuraremos refletir sobre o redimensionamento social do tempo e do espaço na cidade e na fábrica. Deliberadamente, procuraremos examinar este redirecionamento provocado a partir, exclusivamente, do emprego de um sub-sistema do conjunto maior destas tecnologias de gestão e organização do trabalho que vem a ser o *just in time*.

Fábrica e sociedade *just in time*

O *just in time* é um sistema de gestão e organização da produção contido nos processos de trabalho toyotizados que consiste na máxima racionalização do trabalho no tempo e no espaço. Esta técnica de logística integrada decompõe a complexidade dos processos produtivos em seus elementos mais simples, de modo a que tudo ocorra na hora certa, no tempo certo, na quantidade certa e no lugar certo.

A concepção *just in time* contrapõe-se ao *just in case*. Este último associa-se aos padrões fordistas taylorizados que pressupunham: grandes lotes de produtos (produção em massa); movimentos rápidos (a eficiência é medida pela rapidez dos movimentos singulares); estoques intermediários como recurso para maximizar o rendimento da máquina e do trabalhador; a fábrica é organizada em “seções fixas” com máquinas similares (tornos, fresas, montagem). No *just in time* a produção é organizada através de pressupostos distintos: o tamanho ideal do lote (quanto menor melhor) de produtos é igual à necessidade volátil do mercado; a eficiência é medida pela sincronia dos movimentos (rapidez além do necessário ou

otimizações isoladas são perdas); o *lay-out* da fábrica é remodelado em pequenas células independentes. (Franzoi, 1997: 137)

Há vários níveis de aplicabilidade do *just in time*. Ele pode ocorrer nas menores células de trabalho como pode também integrar – nacional e internacionalmente - as fábricas maiores com os seus diversos fornecedores. Neste segundo nível, mais especificamente, para de fato ocorrer o desígnio do “tudo deve dar certo”, o sistema deve, obrigatoriamente, extrapolar a ditadura da dinâmica do interior da fábrica para além dela própria gerando não só uma fábrica mas um mundo que também funcione *just in time*. Nesta sociedade e nesta fábrica, todos os poros sociais, todos os mecanismos públicos de movimento social e os movimentos do trabalho, passam a ser ocupados integral e absolutamente pela lógica da produção capitalista de mercadorias.

O *just in time* passa a ser, então, não só uma técnica organizacional do trabalho no interior da fábrica, mas um *modus vivendi* generalizado que vem acompanhado pela assimilação e pela disseminação de um ideário sedutor, para a imensa maioria dos cidadãos. Trata-se de um ideário eivado de dogmas de eficácia e competências, de supostas habilidades e da concepção de um tempo certo em que todos acabam envolvidos pela imposição do ritmo alucinante da própria produção, da circulação e do consumo das mercadorias.

São profundas as implicações que atingem o homem contemporâneo graças à generalização deste *modus operandi* fabril. São implicações provocadas em função tanto das dissipações - materiais e espirituais – geradas pela sua disseminação no seio do todo social, como também pela assimilação e desenvolvimento da idéia de um *tempo certo* que ditatorialmente disciplina o cotidiano de todos.

Mais do que inversões tecnológicas de altíssimo custo, as novas formas organizacionais do trabalho necessitam do envolvimento subjetivo e ideológico dos trabalhadores – e insistimos não só dos diretamente envolvidos na produção – de tal modo a estarmos todos impregnados, acriticamente, dos dogmas da eficácia e da mais profunda concepção de produtividade: fazer mais, em menos tempo, com o menor dispêndio financeiro e com o menor número de pessoas.

O objetivo é a constituição de uma sociedade que funcione *just in time* e *on-line*. Para tanto, os poros sociais - os tempos mortos, não agregadores de valor - de produção e do consumo - devem ser eliminados: nas fábricas e na sociedade em geral. Para isto, principalmente, os gestores do capital buscam a máxima matematização logística do espaço e do tempo para a intensificação e expropriação da mais-valia, através da ampliação dos tempos excedentes de trabalho. Nas fábricas, projeta-se o fim dos chamados tempos mortos de trabalho – improdutivos – através da intensificação da exploração do trabalho; no espaço societário urbano-fabril os homens não podem ter mais um minuto para si (Gounet, 1999) a não ser vender, comprar, transportar e consumir o tempo inteiro – em rede - as mercadorias (tangíveis e intangíveis – *as informações*) produzidas pelo capital.

A aplicabilidade técnica do *just in time* esbarra na anarquia da complexidade social burguesa revelando contradições entre o espaço matematizado das fábricas e o caos do espaço urbano; o tempo certo programado para a chegada dos insumos e o caos dos transportes e das condições da malha urbana. Os gerentes-executivos – não executores - dos programas JIT preconizam o planejamento que prevê que tudo – na produção - deve sair a contento. Como gestores do capital que têm como missão ultrapassar toda e qualquer barreira que se interponha no caminho da revalorização constante do capital, eles têm como móvel de suas decisões a concepção de que o trabalho deve ser visto só como um fator de custo a ser minimizado e que o tempo de trabalho sempre pode ser otimizado ou reduzido a um conjunto de especificações técnicas.

Como para a execução do planejamento exige-se a ocupação de todos os poros - temporais, espaciais e subjetivos – da fábrica e da sociedade, para que nada saia errado neste planejamento há que haver, para a conquista deste objetivo, a extrapolação da lógica JIT para além do planejamento empresarial restrito. O que temos então é a expressão da articulação contraditória entre o *locus* imediato do trabalho e a vida do trabalhador no cotidiano urbano-societário. Para o alcance dos desígnios da reprodução do capital, objetivamente, hoje imperantes, fábrica e sociedade devem transformar-se e

articulem-se em uma e mesma lógica. O capital privatiza o espaço público; a malha urbana esgota-se em função dos transportes e das entregas hora-a-hora; a poluição ambiental chega a níveis insuportáveis; todos auto-disciplinam-se e subordinam-se segundo o tempo da produção *just-in-time*. É a produção capitalista invadindo toda a vida. (Antunes, 1999: 127)

A sociedade incorpora um modo de viver e de pensar adequado aos patamares tecnológicos impostos e os trabalhadores diretos – em todos os níveis de qualificação – parece que acabam por ser os agentes que forçosamente assumem e disseminam a filosofia do tempo certo.

O modo de fazer *just in time*

Há uma intensa preocupação entre os gerentes de relações humanas e industriais em produzirem manuais, folhetos, cartilhas, cartazes e cursos que procuram forjar este novo perfil do trabalhador moderno. Estas cartilhas e manuais possuem normas de conduta individual e coletiva que norteiam o agir e o pensar dos trabalhadores dentro do ambiente de trabalho.

Inúmeros manuais e cartilhas que circulam nas fábricas mostram que as técnicas para evitar o desperdício, o retrabalho e a economia de tempo e de espaço são “simples”. Basta o trabalhador ficar atento e pensar. Através de um treinamento com imagens peculiares e frases de duvidosa profundidade filosófica os trabalhadores são levados a construir um novo modo de ser e de pensar com espírito “vencedor” através do impacto produzido por imagens e atitudes que “impulsionam”¹.

Buscam-se metáforas, algumas mesmo cômicas, que procuram constituir um homem integral e mais solidário: entre outras a do velório do sujeito que atrapalhava todo o “serviço” (no caixão havia apenas um espelho); as máximas do ganhador e do perdedor; a história do café da manhã com ovos e bacon: “a galinha apenas se envolveu para contribuir com o ovo, mas o porco teve que se comprometer para fornecer o bacon”.

Deixaremos para outro momento a reflexão sobre estas metáforas, uma vez que o tema deste artigo está mais centrado na questão organização do tempo e do espaço.

Com base neste tema, analisaremos, mesmo que parcialmente, algumas formulações expostas nestes manuais que focalizam a otimização do tempo e do espaço nos locais de trabalho, de tal modo que possamos indicar o ideário embutido nesta prática.

Nas fábricas², os manuais, sempre muito didáticos, são elaborados de modo a apresentarem os objetivos e metas de modo claro e rápido, porém, repletos de um discurso lacunar – discurso que transforma a aparência em verdade – pretensamente reeducador dos trabalhadores. Vislumbram privilegiar o saber intuitivo e participativo que previne antes de remediar, que valoriza o homem em relação à máquina e ao saber puramente técnico.

Nesta lógica discursiva, as sínteses feitas não deixam margem a dúvidas ou a enganos quanto ao que ali se pretende: “na década de 80 Dr. Goldratt definiu a palavra meta. A ‘meta’ de uma empresa é lucro ou seja: ganhar dinheiro hoje, sempre e cada vez mais; e ainda conquistar, manter e expandir o seu mercado”. Alguma dúvida quanto a clareza de objetivos?

¹ A IBM escolheu Sir Ranulph Fiennes para falar sobre motivação aos funcionários de sua sede em Nova Iorque. Sir Ranulph Fiennes é um explorador que embarcou para o Pólo Norte para cruzá-lo a pé e absolutamente sozinho. Perguntaram-lhe: o que é preciso para ser um aventureiro com tanta coragem? “Sempre me perguntaram como eu ousou ir até estes lugares remotos”. “Minha resposta é sempre a mesma: não há coragem envolvida em uma missão como esta. Há esforço, dedicação e um forte sentimento de inquietação”. Tranqüilo ele completa: “Coragem é desafiar as coisas, é não ter medo de defender o que se acredita, mesmo que em prejuízo próprio. E isto pode ser feito em qualquer lugar”. Até mesmo na IBM diríamos nós. *Jornal da Tarde*, 15 de fevereiro de 2000

² Deliberadamente, não indicaremos os nomes das empresas que elaboraram estes manuais. São conglomerados produtivos do setor metal-mecânico sediados no ABCD paulista e geram grande quantidade de tempo de trabalho não pago que cumpre importante papel na rede internacional de acumulação do capital

As empresas deixam claro o objetivo de somente manterem os processos produtivos que agregam valor, além do que não há qualquer dúvida teórica ou prática, quanto ao fato de que é o trabalho que cria valor. Em um *house organ* para os trabalhadores lê-se: “é preciso criar valor para os acionistas”. “É preciso lembrar que, criando valor para a companhia, não só os consumidores e acionistas serão beneficiados, mas também todos os colaboradores que terão a oportunidade de crescer e trabalhar numa empresa dinâmica e vibrante”. Os trabalhadores transformados em colaboradores são os que agregam valor para o benefício do acionista; para o trabalhador resta trabalhar em uma empresa dinâmica e vibrante.

Ao nosso ver, é impossível deixar de haver um retumbante impacto na consciência de classe quando o trabalhador passa a ser considerado tão importante por, afinal, criar os benefícios para os acionistas. Política e socialmente esta é a força da classe que trabalha para outra classe pois é a que cria e agrega novos valores; no entanto, esta importância é diluída não só no termo “colaborador” mas na referência à naturalidade como são apresentadas as classes: uma trabalha para a outra recolher os benefícios deste trabalho.

Podemos levantar questões relativas ao conteúdo e significado deste *valor* referido pelos gestores do capital e pelos investidores acionistas. Por hora, independente do significado de valor atribuído pelos executivos e capitalistas, a lógica do sistema nos remete ao fato de que o capital não pode resultar no final do processo de trabalho na mesma quantidade de valor inicialmente inserido. No final do processo de trabalho, portanto, o resultado deve ser a valorização do capital. O resultado deve ser um mais valor, isto é, mais tempo de trabalho não pago materializado nos produtos.

Quando o trabalhador estiver esperando a máquina completar o processo antes de inserir novos materiais significa que ele não está agregando mais valor, portanto este tempo deve ser o menor possível. Enquanto os operadores esperam “poderiam estar fazendo algo de produtivo” além de “colaborarem” para eliminar este tempo de espera.

Espera é perda porque houve atraso, mas também os insumos esperados não podem chegar antes. Antecipação também é perda. Qualquer movimento ou processo que não adiciona valor é perda (de tempo, de espaço e de força de trabalho: energia prática humana comprada que não pode ser perdida). Tudo isto é muito claro. O que é perda? É tudo aquilo que não adiciona valor ao produto ou ao serviço. “Perda é “superprodução, defeito, estoque, processo, atraso, movimentos, transporte”.

Sem qualquer constrangimento teórico – ou citações acadêmicas - nestes manuais, trabalho produtivo é o que agrega valor, trabalho improdutivo é perda, isto é, trabalho que não agrega valor.

É impressionante a clareza. O *set-up* é o tempo que se consome (perda) na preparação de máquinas. “O *set-up* deve ser reduzido, reduzido, reduzido, mesmo que seja em alguns segundos, pois quanto menor for o tempo de preparação da máquina para começar a funcionar, menor será o supermercado – estoques intermediários. O negócio é matemático: se o *set-up* for igual a zero, o estoque será igual a zero”. Se existe um tempo de preparação da máquina, elimine-se este tempo.

Se “reduzir seis segundos pode não contribuir significativamente para aumentar a produtividade, sem dúvida, pode “constituir-se num desafio que mantém as pessoas motivadas a pensar sempre em constantes melhorias”. “Os japoneses trocam ferramentas com mais de 10 toneladas em menos de cinco minutos, nós gastamos 210 minutos para trocar um dispositivo com pouco mais de 10 quilos”. Por isto precisamos, no melhor espírito *kaizen*, buscar a “melhoria contínua visando a eliminação de qualquer atividade ou processo que não adiciona valor ao produto”.

Não é possível os trabalhadores – conscientemente ou não - passarem ilesos por esta saraivada de máximas claras, diretas e objetivas. Em outra oportunidade, também, esmiuçaremos a reação dos trabalhadores diante desta investida.

A clareza continua por conta dos gestores do capital. Esperar não pode, movimentar-se em excesso também não pode, chegar antes também não. Ganhar seis segundos no *set up* pode servir para formar uma nova consciência e postura diante da vida, diante do trabalho.

Neste moto contínuo absolutamente sincronizado somam-se os “esforços a fim de eliminar os desperdícios através da interação entre pessoas e equipamentos buscando a quebra zero, o defeito zero e o acidente zero”.

O capital é um processo constituído pela própria *contradição viva*, é uma relação social que para existir deve destruir ou assimilar todas as barreiras. Na contemporaneidade, a antiga e inerente tendência do capital de *eliminar o espaço pelo tempo* tornou-se a máxima absoluta.

Desta forma, o máximo de produtividade do trabalho deve basear-se na produção com o menor número de trabalhadores; em um tempo de trabalho – necessário - igual a zero bem como, em um tempo de trabalho – excedente – absoluto. No entanto, tal nível de produtividade, somado a um tempo de circulação de mercadorias que tende a zero, somente pode ocorrer no plano da idealidade técnica burguesa. No limite, a busca desta sincronia tão absoluta dos movimentos em tempos iguais a zero não seria a anulação do próprio tempo e do espaço de trabalho?

É a absurdidade revestida de racionalidade técnica. Taylor invejaria, com o seu arcaico cronômetro, esta ensandecida empreitada que acaba por envolver toda a sociedade.

Destes manuais ainda constam as seguintes máximas: “fazer certo na primeira vez”; “fazer o produto certo, no tempo certo, na quantidade certa, na qualidade certa e na seqüência certa”, evidentemente, organizado por um “sincronismo total”. Não é somente o certo, mas também o necessário. “Fazer o que é necessário”; “fazer na quantidade necessária”. Tudo sem otimizações isoladas, buscando-se, através da sincronia coletiva absoluta (quase virtual), a redução do tempo e dos movimentos no espaço. Uma sincronia que elimina o espaço no tempo. Sincronia entre pessoas e equipamentos em um contínuo tal que o processo do trabalho parece evaporar-se restando somente como resultado o produto final. O trabalho pela rapidez – sincronizada – com que é feito parece um ato mágico. Não é a rapidez o segredo do mágico? No sonho capitalista, restariam somente as mercadorias nas prateleiras para serem consumidas. O trabalhador aparece como “simples” e supérfluo.

Já no século XIX, Marx constatara a transformação do trabalhador em “apêndice” da máquina. Taylor, sob os ditames do capital, queria transformar os próprios trabalhadores em máquinas controlados pelo cronômetro. Ford standartizou as máquinas, as ferramentas e os homens numa produção em massa. O *just in time* pretende evanescer o homem e seus movimentos no tempo e no espaço. No taylorismo/fordismo o indivíduo desaparecia na produção social. O *just in time* parece querer fazer desaparecer a classe inteira sob a ditadura do certo e do necessário para o capital.

Na ditadura do tempo certo e necessário, do fazer sempre certo (na primeira vez), perguntamos: nunca nada sai errado? Quando sai errado quem conserta? Nesta ditadura, o trabalhador aparece como tendo a *liberdade* e a *obrigação* da criatividade para consertar o que sai errado usando expedientes não previstos no planejamento gerencial. Mas, foi este que estabeleceu *a priori* o certo e o necessário, sem nenhuma liberdade de participação autônoma e *a priori* por parte dos trabalhadores.

A concepção da produção *just in time* – auxiliada pela tecnologia dominante - propõe que fabricantes, fornecedores e trabalhadores sincronizem *on-line* os ciclos de produção, distribuição e consumo com vistas a: eficiência na produção, diminuição absoluta dos defeitos e dos estoques e chegada acelerada dos produtos ao mercado. Segundo estudos recentes cujos comentários estão em Duraffourg (DIEESE/CESIT, 1998:129) e Sznelwar e Mascia (1997:205) as especificações técnicas e planejamentos gerenciais realizados a partir de resultados antecipados ocorrem a partir de uma abstração das atividades concretas dos operadores. Portanto, *tudo sairá a contento se todos os fatores envolvidos comportarem-se como o previsto*. Se mesmo dentro da fábrica são abstraídas as condições concretas dos operadores o que dizer, então, da quase improvável condição de levar em conta os diversos e múltiplos fatores reinantes na sociedade como um todo.

Onde chegamos? Se todos os desígnios do capital fossem alcançados a sua própria natureza estaria comprometida e mais, todo o planejamento tecnocrático por mais absoluto que se proponha, não passa de uma idealidade burguesa cujos entraves estão na própria essência deste modo de produzir.

Outro aspecto desta contradição e que discutiremos em outra oportunidade é o das técnicas de persuasão para criar um trabalhador comprometido com a produção que sugerem que ele carregue este comprometimento para fora do trabalho. Na regra dos 5 S's (separar; organizar; limpar, padronizar e disciplinar)³ diz-se: “faça disto um modo de vida”. O espírito *Kaizen* (melhoria contínua) é uma “forma de vida”, pois “deve ser empregada não só dentro das fábricas, mas na família, na sociedade e, porque não dizer, na política”.

Trabalhador participativo: corrosão do caráter ou corrosão da classe?

O livro de Richard Sennett, *A corrosão do caráter* (1999), foi recentemente publicado no Brasil. As conclusões do livro são pertinentes e constata a corrosão do caráter dos que se submetem à imposição de um *novo* modo de trabalhar e daqueles que já não estão mais empregados. Esta dimensão é real, mas não exclusiva.

À corrosão do caráter, paralelamente, há a corrosão do poder político-social da classe trabalhadora fabril que aqui interessa apontar. Duplo efeito que gera profundos níveis de contraditoriedade social e política.

Para alcançar os objetivos impostos pelo capital, as novas técnicas gestonárias do trabalho fabril promovem a corrosão política e ideológica no interior da própria classe trabalhadora. Esta corrosão dá-se pela articulação de um leque de contradições:

- entre o lugar da produção e o quotidiano nas cidades;
- entre o indivíduo e a classe de um trabalhador que é incentivado a ser integral, crítico, e participativo, com espírito coletivo e a fragmentação, a passividade e o individualismo marcantes deste mesmo homem na esfera pública;
- entre as atuações, destituídas de conteúdo de classe, das entidades representativas – sindicais ou partidárias – desta mesma classe
- entre o disciplinamento, ditatorial, da produção e a anarquia do mercado.

Como resultado do enfrentamento político pouco eficaz destas questões decorre a desideologização política dos trabalhadores, que acabam por inverter a defesa dos seus interesses específicos na defesa de interesses individualistas e burgueses cujos desdobramentos alcançam não só um estreitamento da consciência política global, mas o impedimento da conquista pela classe trabalhadora de uma praxis político-social superadora.

É possível esmiuçar a dicotomia que existe entre o discurso do homem integral ditado pelas empresas e o massacrante empobrecimento político, social e cultural dos trabalhadores vigente. Contraditoriamente, o capital que busca o trabalhador feliz e inteiro, para ser eficaz na criação deste novo trabalhador, tem de retirar dele sua dimensão humana autônoma e verdadeiramente criativa, desmobilizando-o politicamente enquanto homem público

Paralelamente, à imposição destas formas de organização do trabalho, o capital e o Estado, adequadamente entrelaçados, acabaram por orientar a construção de uma teia de relações sociais e de trabalho que sem dúvida levaram em conta a existência da classe operária, suas lutas e reivindicações, mas o resultado final tem sido sua maior “integração política no Estado capitalista e, portanto, o aprofundamento da regulação em detrimento da emancipação” (Sousa Santos, 1995: 245).

No interior da fábrica, a busca pela racionalidade de tempos e movimentos para aumento da produtividade levou ao aprimoramento das condições imediatas do trabalho em detrimento de antigas bandeiras operárias que reivindicavam estas mesmas condições. O capital necessitava do “empenho

³ As palavras japonesas são: *seiri* (separar), *seiton* (organizar), *seiso* (limpar), *seiketsu* (padronizar), *shitsuke* (disciplinar)

produtivo de uma grande massa de trabalhadores para a valorização de tecnoestruturas complexas e caras o que proporcionou ao poder social do operariado uma base nova e mais ampla”. Como alerta Arrighi, os trabalhadores remunerados semi-especializados nos Estados Unidos nas décadas de 30 e 40 e os europeus nas décadas de 60 e 70 passaram a angariar um poder social sem comparação com épocas anteriores. (Arrighi, 1997: 324/325). Mas, as contradições são flagrantes. Enquanto foi necessário, o capital manteve o operário adestrado, acrítico, mas com relativo poder social pelo que quantitativamente representava, hoje, as máquinas cumprem muitas das tarefas que antes eram “especializações” operárias. No entanto, para manter estas máquinas inseridas em um processo produtivo procura-se forjar um novo trabalhador, aparentemente, mais criativo e mais participativo, mas, e isto é básico, sem poder social - isolado em sociedade -, porque se a aplicação da ciência-tecnológica reuniu nas máquinas tarefas antes feitas por muitos trabalhadores, destituindo seu trabalho cada vez mais de *conteúdo humano*, a aplicação destas tecnologias fragmentou e implodiu não só suas entidades representativas, mas permanece implodindo, por dentro, a própria classe trabalhadora.

Como qualquer outra atividade sob controle do capital, a construção do tempo e do espaço de trabalho não é inocente. Uma das formas fundamentais de controle de uma classe sobre outra é a criação e a organização deste espaço e deste tempo de trabalho cujas tecnologias dominantes são criadas e fomentadas para atingir este fim último de disciplinamento, controle e dominação do trabalho.

Porém, se as empresas estão ensinando os trabalhadores a pensarem, a serem sujeitos – atuantes - que respondem criticamente às diversas situações, diferentemente do antigo trabalhador taylorizado, somente com a profunda conscientização político-social – não técnica - do seu cotidiano na produção e fora dele, pode o trabalhador alcançar a dimensão do seu efetivo valor social enquanto classe.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. (1999). *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a negação e a afirmação do trabalho*. São Paulo, Boitempo.
- ARRIGHI, Giovanni. (1997). *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.
- DURAFFOURG, Jacques. (1998). “Um robô, o trabalho e os queijos: algumas reflexões sobre o ponto de vista do trabalho”, in *Emprego e desenvolvimento tecnológico, Brasil e contexto internacional*. Organização DIEESE/CESIT. Seminários internacional e regionais: Emprego e desenvolvimento tecnológico. São Paulo.
- FRANZOI, Naira Lisboa. (1997). “Just in case” e “Just in time” in *Trabalho e tecnologia dicionário crítico*. Antonio D. Cattani (org.). Rio Grande do Sul, Vozes e Editora da Universidade.
- GOULD, Carol. (1983). *Ontologia social de Marx: individualidad y comunidad en la teoria marxista de la realidad social*. México, Fondo de Cultura Económica.
- GOUNET, Thomas. (1999). *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Boitempo.
- HARVEY, David. (1993). *Condição Pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- _____. (junho 1998). “A geografia do manifesto” in *Lutas Sociais* n. 4, (5 págs.) São Paulo, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)
- MANDEL, Ernest, (1978). *La Formación del pensamiento económico de Marx, (1843 a la redación de El Capital*. Madrid, Siglo Veintiuno Editores.
- MARX, Karl. (1986) *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. Madrid, Siglo Veintiuno Editores.
- _____. (1983) *O Capital*. São Paulo, Abril.
- _____. (s/d) *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo, Moraes.

MÉSZÁROS, István. (1987). *A necessidade do controle social*, São Paulo, Ensaio.

SENNET, Richard (1999). *A corrosão do caráter, conseqüências pessoais do trabalho no capitalismo moderno*. Rio de Janeiro, Record.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. (1997). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez.

SZNELWAR, Laerte Idal e MASCIA, Fausto L (1997). “A inteligência (não reconhecida) do trabalho”. In: ARBIX, G. e ZILBOVICIUS, M. *A reinvenção dos carros de JK a FHC*. São Paulo, Scritta.